

Negociação da dívida prossegue nos

Teodomiro Braga
Correspondente

WASHINGTON — O Brasil terá prazo até 30 de abril do próximo ano, prorrogável por mais dois meses, para efetuar a troca dos atuais títulos da dívida externa por bônus de médio e longo prazo, segundo prevê o documento de formalização do acordo de negociação da dívida — a chamada *term sheet* — que está sendo preparada em Nova Iorque. Indiferentes ao aprofundamento da crise política, representantes do governo brasileiro e dos bancos credores reúnem-se diariamente desde segunda-feira da semana passada e prometem atravessar o fim de semana trabalhando para apresentar a versão preliminar do documento na próxima semana.

“O processo (de renegociação da dívida) está seguindo curso normal, dentro do cronograma previsto”, diz o negociador-chefe da dívida brasileira, Pedro Malan, que nega qualquer impacto da batalha política enfrentada pelo presidente Collor em Brasília na atual fase de entendimentos. “Esta é uma discussão técnico-operacional, de detalhamento do acordo”, explica Malan. Até a assinatura final, porém, ainda será preciso ultrapassar várias etapas, incluindo a aprovação da

term sheet pelo Senado e a avaliação do governo sobre as escolhas dos bancos entre os diversos bônus previstos no acordo.

Embora Malan evite falar sobre datas para efetivação do acordo, o caminho que falta ser percorrido revela a impossibilidade de concretização da negociação antes de 1993. Uma eventual mudança no comando do Ministério da Economia ou do Palácio do Planalto, evidentemente, irá afetar o cronograma. Em nenhuma hipótese, entretanto, o acordo pode deixar de entrar em vigor após 30 de junho, última data prevista pela *term sheet* para a troca da dívida por novos títulos. É por ocasião dessa troca que o governo terá de comparecer com as garantias exigidas pelos bancos, cujo valor dependerá dos tipos de bônus escolhidos pelos credores. O governo não admitirá que as garantias ultrapassem US\$ 5 bilhões.

Esquiva — Integrantes da comunidade financeira em Nova Iorque manifestaram dúvidas, externadas pelo jornal *The New York Times*, sobre a conclusão do acordo, em consequência da crise política na área econômica. Um dos possíveis efeitos seria o fracasso do acordo com o FMI, o que impediria ao Brasil desembolsar US\$ 1,9 bilhão que restam

do empréstimo de US\$ 2,1 bilhões contratado junto ao FMI em janeiro, dinheiro que seria usado, na maior parte, para formação de garantias previstas na negociação com bancos credores privados. Malan esquivase de entrar na discussão e garante que a situação política não tem sido abordada nas reuniões com representantes dos bancos em Nova Iorque, “inclusive por causa da natureza essencialmente técnica do trabalho que está sendo feito atualmente”, assinala.

Além de Malan, a equipe brasileira em Nova Iorque é integrada pelos chefes dos Departamento Jurídico e da Dívida Externa do Banco Central, dois advogados da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dois funcionários do Departamento do Tesouro Nacional e dois representantes do Ministério da Economia. Nas discussões da próxima semana, os bancos deverão enviar a equipe completa do comitê, enquanto o lado de Malan receberá o reforço de diretores do Banco Central. Nessas reuniões deverá ser aprovada a versão final da *term sheet*, quase dois meses após o anúncio do acordo em princípio. Lembra Malan que o documento de formalização da renegociação da dívida argentina também só foi aprovado dois meses e meio após o anúncio da conclusão das negociações.

Brasília — Jamil Bittar

JORNAL DO BRASIL

EUA



Malan: cronograma normal